



Frooty Comércio e Indústria de Alimentos S.A.

CNPJ nº 68.093.095/0001-79

frooty.com.br

Mensagem da Administração

O ano de 2025 foi um marco de consolidação do posicionamento da Frooty no mercado brasileiro, destacando-se não apenas pelos resultados operacionais, mas também pela percepção reforçada junto aos consumidores. Isso ficou evidenciado pela posição da Companhia como a marca número 1 em lembrança espontânea (Top of Mind) no segmento de açaí, refletindo o reconhecimento da nossa marca e a forte conexão com o público. Esse período também se caracterizou por ganhos expressivos de eficiência operacional e administrativa. A Frooty continuou a aprimorar seus processos internos, alcançando melhor produtividade, maior rigor na gestão e otimização de custos, o que contribuiu para a melhoria dos resultados, mesmo em um ambiente de mercado e clima desafiadores. Em linha com a estratégia de inovação contínua, o ano de 2025 foi marcado por lançamentos relevantes de novos produtos, como o Frooty

Super Cremoso e o Frooty Tube, ampliando o portfólio da Companhia com produtos diferenciados, convenientes e com apelo competitivo no varejo e food service, fortalecendo nossa presença em diferentes momentos de consumo e segmentos. Além disso, a marca Split Todo Dia consolidou-se como produto número #1 no varejo nacional em volume, 31,7% de acordo com o relatório Nielsen, com forte aceitação e participação de mercado, refletindo a eficácia da estratégia de posicionamento de preço e disponibilidade em pontos de venda em todo o país. A Companhia também avançou de forma significativa em sua agenda de ESG (Environmental, Social and Governance). Em 2025, tornamo-nos signatários do Pacto Global da ONU, reforçando o compromisso com práticas sustentáveis e alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sobretudo em temas de consumo e produção responsáveis. No aspecto financeiro, destacamos a parceria

estratégica com a Proparco, braço de financiamento de desenvolvimento ligado ao governo francês, que resultou em uma contratação de linha de crédito de longo prazo, com carência estendida e condições alinhadas a práticas de sustentabilidade. A operação contribuiu para o fortalecimento do capital de giro e para o alongamento do perfil da dívida, consolidando uma base financeira mais equilibrada para sustentar o crescimento da Companhia no Brasil e no exterior. Adicionalmente, foi concluída a captação de recursos junto à Gramercy, realizada por meio da Makai, empresa do mesmo grupo econômico. Os recursos foram direcionados, principalmente, à liquidação de parcela relevante das obrigações e empréstimos de curto prazo, promovendo a otimização da estrutura de endividamento e maior eficiência na gestão financeira. Essas iniciativas reforçam a solidez da estrutura de capital do grupo e ampliam nossa capacidade de execução

estratégica, sustentando o plano de expansão com disciplina financeira e visão de longo prazo. Esse desempenho foi alcançado em um contexto desafiador para o setor de produtos congelados no Brasil, impactado por condições climáticas muito adversas que influenciaram sazonalidade, disponibilidade de matéria-prima agrícola e custos logísticos. De acordo com o relatório Scantech o mercado de açaí em vendas no Brasil retraiu 5,8% em 2025. Tais fatores exigiram da Companhia capacidade de adaptação e ações proativas para assegurar continuidade operacional e eficiência. Diante desse cenário, a Administração reitera seu compromisso com os pilares estratégicos de fortalecimento de marca, inovação, eficiência operacional e sustentabilidade, essenciais para sustentar o crescimento de longo prazo e a geração de valor para nossos acionistas, colaboradores, parceiros e demais stakeholders.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
Ativo	Nota	31/12/25	31/12/24	Nota	31/12/25	31/12/24	Nota	31/12/25	31/12/24	Nota	31/12/25	31/12/24
Circulante												
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.749	18.311	9	2.000	-						
Contas a receber de clientes	6	36.722	30.899	12	1.354	2.645						
Estoques	7	64.924	59.995	13	17.997	21.590						
Impostos a recuperar	8	26.947	24.430	14	52.276	83.911						
Partes relacionadas	9	4.693	5.295	15	4.782	9.393						
Outros ativos		9.821	5.448	16	6.143	5.015						
Total do ativo circulante		150.856	144.378		85.575	123.527						
Não circulante												
Depósitos judiciais		330	261									
Outros ativos		880	963									
Contas a receber de clientes	6	878	903									
Imobilizado	10	76.424	79.698									
Intangível	11	6.705	5.422									
Ativo de direito de uso	12	9.581	10.269									
Ativo fiscal diferido	19	56.041	56.041									
Total do ativo não circulante		150.839	153.557									
Total do ativo		301.695	297.935									
Passivo												
Circulante												
Partes relacionadas	9	2.000	-									
Arrendamento mercantil	12	1.354	2.645									
Fornecedores	13	17.997	21.590									
Empréstimos e financiamentos	14	52.276	83.911									
Obrigações trabalhistas	15	4.782	9.393									
Obrigações tributárias	16	6.143	5.015									
Outros passivos		1.023	973									
Total do passivo circulante		85.575	123.527									
Não circulante												
Arrendamento mercantil	12	2.503	3.905									
Empréstimos e financiamentos	14	41.718	34.367									
Obrigações tributárias	16	11.755	7.886									
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e civis	17	1.613	1.381									
Outros passivos		-	150									
Total do passivo não circulante		57.589	47.689									
Patrimônio líquido												
Capital social	18	356.021	290.379									
Prejuízos acumulados		(197.490)	(163.660)									
Total do patrimônio líquido		158.531	126.719									
Total do passivo e do patrimônio líquido		301.695	297.935									

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS

1. Contexto operacional: A Frooty Comércio e Indústria de Alimentos S.A. ("Frooty" ou "Companhia"), e quando designada em conjunto com sua controlada (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 1º de julho de 1992. O endereço registrado da Companhia onde encontra-se o escritório central a Rua Pais Leme, 524, 5º andar, Pinheiros, São Paulo - SP. A Companhia está envolvida primariamente na fabricação, importação, exportação, distribuição, venda e comercialização de sorbets, polpas, energéticos e outros insumos para alimentos e bebidas preparados com base nos frutos açaí, pitaya e cupuaçu. A Companhia ainda tem como objeto a participação em outras sociedades. A Companhia possui três unidades industriais localizadas nos municípios de Poços de Caldas MG, Mocajuba PA, Manacapuru AM. A Companhia é controlada pela Holding Brazil Berries Investimentos e Participações e indiretamente pelo Patria Brazilian Private Equity Fund IV.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis materiais: a. **Declaração de conformidade com relação às normas do CPC:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas, e corresponde àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. b. **Continuidade operacional:** Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia registrou prejuízo de R\$33.828 (R\$24.233 em 2024), um capital circulante líquido positivo de R\$65.282 (R\$20.851 em 31 de dezembro de 2024) e uma geração negativa de fluxo de caixa operacional em R\$36.809 (geração negativa em R\$26.080 em 2024). A Companhia implementou e tem revisado constantemente suas ações para melhoria dos seus resultados e do nível de alavancagem financeira destacando-se as seguintes iniciativas: - Reestruturação das dívidas com o objetivo de alongamento dos prazos e reduções do custo financeiro permitindo manter investimentos necessários para a expansão da Companhia; - Desenvolvimento de novos negócios, destacando-se: 1) Projeto de franchising que superou a fase de conceituação e se encontra em estágio de validação de lojas piloto em operação e 2) Avanço nas tratativas relacionadas a uma joint venture internacional; - Expansão e reestruturação de canais de food service e varejo: revisando a estratégia voltada ao segmento transformador, que representa parcela relevante do faturamento do canal food service, já no varejo, foram implementados projetos estruturados de apoio à distribuição, incluindo investimentos em equipamentos (freezers) e melhoria da presença nos pontos de venda, com impacto positivo na visibilidade da marca e no desempenho de vendas - Fortalecimento do portfólio e lançamentos de novos produtos: A Companhia intensificou suas iniciativas de inovação e desenvolvimento de produtos, com destaque para a linha Frooty Super Cremoso e Tube, atualmente em fase de "ramp-up". - Aumento de capital social com aporte do grupo controlador realizado em 2025 no montante de R\$65.642, conforme nota explicativa 18. Assim, a Administração tem uma expectativa razoável de que o Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. A empresa tem sólida liderança no mercado Sorbet de Açaí e tem expandido sua atuação no Brasil e em outros países com expectativa da retomada do crescimento do negócio com impacto positivo no consumo fora do lar. Adicionalmente a Frooty obteve formalmente o compromisso de suporte financeiro do Fundo Patria, na qualidade de principal acionista confirmando que se necessário, atuarão no sentido de viabilizar o suporte financeiro para as atividades operacionais, de investimento e de financiamento, por pelo menos 1 (um) ano após a emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações junto aos credores inclusive de pagamentos decorrentes de empréstimos e financiamentos. c. **Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d. **Estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis materiais da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos - As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: e. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: - Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber, principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda. Nota explicativa nº 6. - Mensuração do valor realizável líquido dos estoques: principais premissas na determinação de estoques obsoletos ou de baixa movimentação, ou com valor de venda inferior ao seu custo. Nota explicativa nº 7. - Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento. Notas explicativas nº 10 e 11. - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. Nota explicativa nº 17. - Reconhecimento e expectativa de realização de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável

futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; Nota explicativa nº 19 e - Reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de descontos comerciais. Nota explicativa nº 20. f. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está classificado como Nível 2. g. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção aos instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) que são mensurados pelo valor justo quando da sua existência.

3. **Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação em contrário. a. **Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. b. **Receita de contrato com cliente:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando a obrigação de performance é satisfeita, que ocorre quando a Companhia transfere o controle sobre o produto ao cliente. A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Os clientes que adquirem produtos da Companhia podem ser elegíveis a: (i) descontos comerciais oferecidos pela Companhia mediante a acordos comerciais firmados no momento de futuras compras mediante ao atingimento de determinadas condições, principalmente àquelas associadas ao volume de compras em determinado período acordadas entre as partes; (ii) descontos comerciais mediante a acordos comerciais pontuais firmados no momento da compra; e (iii) descontos comerciais mediante a acordos comerciais pontuais firmados em momento futuro à compra. Para contratos que tornam o cliente elegível a descontos comerciais, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado pelos descontos comerciais esperados, que são estimadas com base nos dados históricos e prospectivos para tipos específicos de produtos. Nessas circunstâncias, uma redução do contas a receber (caso o acordo comercial previja abatimento em notas fiscais de compra) / um aumento de outras contas a pagar (caso o acordo comercial preveja reembolso ao cliente) e da receita correspondente é reconhecida. A Companhia reavalia sua expectativa de descontos comerciais na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em troca de bens ou serviços, excluindo impostos sobre vendas e líquidos de quaisquer benefícios concedidos a clientes (devoluções e descontos comerciais). A Companhia concede bonificações por volume (rebates) a determinados clientes com base no atingimento de metas contratuais de compras em períodos específicos. Tais bonificações são caracterizadas como contraprestação variável, conforme o CPC 47 / IFRS 15, sendo estimadas no momento do reconhecimento da receita com base em dados históricos, expectativas de volumes futuros e nas condições contratuais vigentes. A estimativa dos rebates é reconhecida como redução da receita no mesmo período das respectivas vendas que lhes deram origem, na medida em que seja altamente provável que não ocorrerá reversão significativa da receita acumulada reconhecida. Quando aplicável, os valores estimados são registrados como redução do contas a receber, quando houver previsão de compensação em futuras vendas, ou como passivo contratual, quando houver obrigação de pagamento ou reembolso ao cliente. c. **Receita e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente receitas de aplicações financeiras, juros ativos, ganhos com variações cambiais e descontos obtidos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros passivos, descontos financeiros concedidos e perdas com variações cambiais. d. **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	215.379	(139.427)	75.952
Aumento de capital social	18 75.000	-	75.000
Prejuízo do exercício	-	(24.233)	(24.233)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	290.379	(163.660)	126.719
Aumento de capital social	18 65.642	-	65.642
Prejuízo do exercício	-	(33.830)	(33.830)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	356.021	(197.490)	158.531

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseado-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. e. **Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não mantém como prática a concessão de benefícios de longo prazo a seus empregados. f. **Estoques:** Matérias primas e embalagens estão demonstradas pelo custo médio histórico de aquisição, o qual não excede o custo de reposição, deduzidos dos impostos recuperáveis. No caso dos produtos acabados, os estoques incluem o custo geral de fabricação com base na capacidade normal de produção. Quando aplicável, é constituída a provisão para redução ao valor recuperável dos estoques. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Provisões para perda, ajustas a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registrados quando necessário em contrapartida da rubrica de custo dos produtos vendidos utilizando das seguintes premissas: - Para itens obsoletos identificados em ordens de produção; - Itens com validade expirada. g. **Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável "impairment" acumuladas, quando houver. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas e/ou outras despesas no resultado. Custos subsequentes: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Depreciação: A depreciação é reconhecida no resultado baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A depreciação é calculada sobre o valor histórico. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais devem ser revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou a necessidade de mudanças em suas estimativas. Abaixo seguem as vidas úteis aplicadas pela Companhia em 2025 e 2024:

	Anos	%
Edifícios e benfeitorias	25	4
Máquinas, equipamentos e instalações	10	10
Outros ativos (veículos e equipamentos de informática)	5	20

h. **Intangíveis:** Representa custos com aquisição de direitos de uso de softwares, marcas e patentes, carteira de clientes, desenvolvimento de produtos e mais valia de ativos em operação de aquisição de: Pesquisa e desenvolvimento: Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	215.379	(139.427)	75.952
Aumento de capital social	18 75.000	-	75.000
Prejuízo do exercício	-	(24.233)	(24.233)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	290.379	(163.660)	126.719
Aumento de capital social	18 65.642	-	65.642
Prejuízo do exercício	-	(33.830)	(33.830)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	356.021	(197.490)	158.531

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Marcas e patentes: As marcas e patentes adquiridas pela Companhia e que têm vida útil indefinida, é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Outros ativos intangíveis: Outros ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Os demais gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Amortização: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do intangível com vida útil definida, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas pela companhia em 2025 e 2024 são as seguintes:

	Anos	%
Definida		
Marcas e patente	-	-
Softwares	5	anos
Desenvolvimento de produtos	2	anos
Carteira de clientes	5	anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. i. **Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** Contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ou ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento

continuação

inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro de outra forma atendida aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. A Companhia não detinha nenhum ativo financeiro classificado como VJORA em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: - Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; - Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; - O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e - Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** - Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. - Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o "impairment" são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. - Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e o "impairment" são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado. - Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado. **Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não detinha nenhum passivo financeiro classificado como VJR em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **(iii) Desreconhecimento:** **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia não registra o contas a receber de clientes ao seu valor presente por estimar que os valores não são significativos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente, hedge financeiro para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não mantinha operações de hedge em aberto. **j. Redução ao valor recuperável ("impairment"):** **(i) Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A política da Companhia para a constituição da provisão para perda esperada de crédito do contas a receber de clientes leva em conta a análise qualitativa dos títulos vendidos, considerando: - É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma). - O ativo financeiro estiver vencido há mais de 31 dias. - As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. - As perdas esperadas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas esperadas de crédito:** As perdas esperadas de crédito são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito podem ser mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). A Companhia não tem expectativa de perda para os números apresentados das demonstrações financeiras, com exceção daquelas já apontadas. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado ou custo que estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: - Dificuldades financeiras significativas do devedor; - Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; - Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; - A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou - O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas esperadas de crédito no balanço patrimonial A provisão para perdas esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos em contrapartida a rubrica de provisão para redução valor recuperável de ativos financeiros. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o valor financeiro em sua totalidade ou em parte. Para efetuar a baixa, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recupera-

ção significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos a execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado. **k. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **L. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base e do imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas mensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa média incremental sobre empréstimos baseado em taxas de juros de fontes externas de financiamento. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: - Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; e - O preço de exercício da opção de compra, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento, quando aplicável. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É mensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o arrendatário alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento associado a essas alterações como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **4. Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:** No exercício de 2025, a Companhia adotou as alterações e os novos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que entrarão obrigatoriamente em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras

Norma ou interpretação	Descrição
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBO)	Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBO) das entidades atuantes no mercado brasileiro
Alterações ao CPC 02 (R2)	As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

Na data de autorização da emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não estão aplicáveis, como segue:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Melhorias Anuais nas Normas Contábeis	Alterações nas normas CPC 37 (R1), CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 36 (R3) e CPC 03 (R2).	01/01/2026
Alterações ao CPC 48 e CPC 40	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	01/01/2026
Alterações ao CPC 48 e CPC 40	Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais	01/01/2026
CPC 51	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir mediante a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Contudo, exceto pelo CPC 51, cujos impactos estão sendo avaliados pela Companhia, a Administração não espera impactos significativos sobre as referidas demonstrações financeiras, em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/25	31/12/24
Bancos	2.379	3.190
Aplicações financeiras	5.370	15.121
	7.749	18.311

As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário - CDB's indexadas à variação de 98% do CDI (96% em 31 de

Froty Comércio e Indústria de Alimentos S.A.

dezembro de 2024) em linha com os rendimentos do exercício de 2025 e são de curto prazo, prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, R\$ 2.543 do saldo de caixa e equivalentes de caixa encontra-se vinculada como garantia de contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia. Esses valores permanecem depositados em contas específicas ou aplicações financeiras vinculadas, cuja movimentação está sujeita às condições estabelecidas nos respectivos instrumentos contratuais.

6. Contas a receber de clientes:

	31/12/25	31/12/24
Mercado interno	34.539	28.846
Mercado externo	6.602	6.223
Provisão para perdas de créditos esperados	(3.541)	(3.267)
Saldo Contas a Receber	37.600	31.802
Ativo circulante	36.722	30.899
Ativo não circulante	878	903

A Companhia tem em 2025 um prazo médio de recebimento de 36 dias (41 dias em 2024). Em março de 2024, a rede de supermercados Dia Brasil solicitou Recuperação Judicial. O Plano de Recuperação Judicial, aprovado em assembleia no mesmo ano, estabelece que os fornecedores credores, como a Froty, devem garantir a continuidade das operações por meio da prestação de serviços e fornecimento, de acordo com as condições comerciais previamente contratadas (preço e venda bonificada). Isso implica a manutenção do volume de venda e da rentabilidade, com o objetivo de reerguer a empresa recuperanda. A Froty optou por aderir ao plano de Recuperação Judicial como "credor/fornecedor parceiro", comprometendo-se a continuar fornecendo seus produtos nas lojas e a renegociar os vencimentos das faturas que estavam presta a vencer. O montante a ser recebido no plano de Recuperação Judicial é de R\$2.156, sem qualquer deságio. O pagamento será realizado em 96 parcelas, com um período de carência de 24 meses antes do início dos pagamentos, e o valor será reajustado pela TR. A análise dos vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	31/12/25	31/12/24
A vencer	34.136	25.097
Até 360 dias	878	903
Vencidos	1.572	4.198
Vencidos até 30 dias	281	929
Vencidos de 31 a 60 dias	109	506
Vencidos de 61 a 90 dias	47	39
Vencidos de 91 a 120 dias	1.932	1.163
Vencidos de 121 a 360 dias	2.186	2.234
	41.141	35.069

Movimentação da provisão para perda esperadas de créditos:

	31/12/25	31/12/24
Saldo inicial	(3.267)	(2.865)
Complemento	(1.774)	(402)
Baixa	1.500	-
Saldo final	(3.541)	(3.267)

A Companhia tem empréstimos bancários com instituições financeiras que utilizam como garantia títulos a receber de clientes. Em dezembro de 2025 a Companhia tinha R\$4.291 em títulos dados em garantia para empréstimos bancários (R\$11.015 em dezembro de 2024).

7. Estoques: Os saldos apresentados no quadro abaixo estão líquidos das respectivas provisões para perdas:

	31/12/25	31/12/24
Matéria prima	39.280	34.256
Embalagens	4.590	7.938

10. Imobilizado:

Valor de Custo	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Obras em Andamento	Outros Ativos	Total
Saldo em 31 de dezembro 2023	4.342	48.512	78.475	7.307	3.012	141.648
Adições	-	-	-	7.504	-	7.504
Transferência	-	-	6.446	(6.475)	29	-
Saldo em 31 de dezembro 2024	4.342	48.512	84.922	8.336	3.041	149.153
Adições	-	-	1.474	6.502	1	7.977
Baixas	-	-	(13)	(898)	(1)	(912)
Transferência	-	-	1.266	9.070	(7.528)	(2.808)
Saldo em 31 de dezembro 2025	4.342	49.778	95.453	6.412	233	156.218

Depreciação

	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Obras em Andamento	Outros Ativos	Total
Saldo em 31 de dezembro 2023	-	(18.757)	(39.662)	-	(2.177)	(60.596)
Adições	-	(1.528)	(7.051)	-	(281)	(8.860)
Saldo em 31 de dezembro 2024	-	(20.284)	(46.713)	-	(2.458)	(69.454)
Adições	-	(2.250)	(8.089)	-	-	(10.339)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	(2.458)	-	2.458	-
Saldo em 31 de dezembro 2025	-	(22.534)	(57.260)	-	-	(79.794)
Saldo Líquido em 31 de dezembro de 2025	4.342	27.244	38.193	6.413	233	76.425
Saldo Líquido em 31 de dezembro de 2024	4.342	28.228	38.209	8.336	583	79.698

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou nenhum evento que indicasse a redução do valor recuperável ("impairment") do seu ativo imobilizado. **11. Intangível:**

	Software	Marcas e Patentes	Desenvolvimento de Produtos	Carteira de Clientes	Ágio	Intangível em Andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro 2023	637	24	433	2.716	1.527	-	5.337
Adições	83	-	1.196	-	-	-	1.279
Transferências	-	-	(186)	-	-	-	(186)
Amortização	(181)	-	(401)	(612)	-	-	(1.194)
Saldo em 31 de dezembro 2024	539	24	1.042	2.104	1.527	-	5.226
Adições	348	-	2.328	-	-	-	2.676
Transferências	15	-	439	-	-	-	454
Amortização	(225)	-	(1.167)	(379)	-	-	(1.771)
Saldo em 31 de dezembro 2025	677	24	2.642	1.725	1.527	-	6.705

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e em 2024, a Companhia não identificou nenhum evento que indicasse a redução do valor recuperável ("impairment") do seu ativo intangível. **12. Ativo de direito de uso e arrendamento mercantil:** A Companhia possui arrendamentos de aluguel do escritório administrativo, empilhadeiras e frota comercial, utilizando as cláusulas usuais de mercado para cancelamento e/ou prorrogação dos contratos. Os arrendamentos contratados pela Companhia são apresentados abaixo:

	Imóvel	Empilhadeiras	Veículos	Chiller	Geradores	Freezers	Fábrica	Total
Direito de uso								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	552	1.060	883	390	90	989	4.622	8.586
Adição	1.373	-	-	647	-	-	2.280	4.300
Remensuração do ativo	70	409	300	(237)	2	369	-	913
Depreciação	(805)	(708)	(428)	(477)	(65)	(277)	(770)	(3.530)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.190	761	755	323	27	1.081	6.132	10.269
Adição	-	1.559	-	-	-	71	971	2.602
Baixas	-	(286)	(345)	-	-	-	-	(632)
Remensuração do ativo	177	381	(19)	-	-	123	-	662
Depreciação	(291)	(905)	(391)	(323)	(27)	(353)	(1.030)	(3.320)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.076	1.510	-	-	-	922	6.073	9.581

Passivo de arrendamento:

Natureza dos contratos	Taxa Média de desconto % a.a.	Vencimento Final	31/12/25	31/12/24
Imóvel	14.00%	Mai/2029	1.160	1.398
Fábrica Norsul	11.00%	Julho/2028	-	1.944
Empilhadeiras	10.15%	Março/2026	1.571	908
Veículos	10.15%	Outubro/2026	-	756
Geradores	10.15%	Mai/2025	-	32
Chiller	10.15%	Dezembro/2025	-	340

	31/12/25	31/12/24
Produtos acabados e revenda	19.384	16.568
Almoxarifado	1.670	1.233
	64.924	59.995

Em 31 de dezembro de 2025 o valor de R\$29.312 em 31 de dezembro de 2024 dos estoques de matérias primas, embalagens e produtos acabados da Companhia encontram-se em poder de terceiros. Movimentação da provisão para desvalorização de estoques

	31/12/25	31/12/24
Saldo Inicial	(1.316)	(4.633)
Complemento	(2.534)	(1.316)
Reversão de provisão	2.157	4.633
Saldo Final	(1.693)	(1.316)

8. Impostos a recuperar:

	31/12/25	31/12/24
COFINS (ii)	13.870	13.502
PIS (ii)	3.022	2.934
ICMS (i)	9.157	7.334
Outros créditos tributários	898	660
	26.947	24.430

(i) ICMS: A Companhia possui saldos relativos a créditos de impostos e contribuições incidentes nas aquisições de insumos vinculados a produtos exportados. Não há risco de não utilização do crédito de ICMS para os estabelecimentos onde há créditos acumulados de ICMS. (ii) PIS/COFINS: O saldo registrado no ativo circulante refere-se ao crédito de PIS e COFINS apurado nos moldes do art. 3º das Leis

continuação		Frooty Comércio e Indústria de Alimentos S.A.	
Modalidade e Moeda (i)	Encargos	Garantias	31/12/25 31/12/24
Capital de Giro – USD	SOFRA 0,49% a.m	Recebíveis	27.624 -
Capital de Giro – USD	USD 0,79% a.m	Nota promissória	28.215 26.310
			93.994 118.277
Circulante			52.276 83.911
Não circulante			41.718 34.367
(i) Demonstramos acima por tipo de modalidade, moeda e garantia de contrato, eles possuem vencimentos entre janeiro de 2026 e dezembro de 2031, conforme acordado em cada instituição financeira. A movimentação dos empréstimos e financiamentos durante os exercícios está assim demonstrada:			
Saldo em 31 de dezembro de 2023			154.159
Novas captações			86.366
Juros incorridos			22.566
Pagamento de Principal			(125.080)
Pagamento de Juros			(19.733)
Saldo em 31 de dezembro de 2024			118.278
Novas captações			106.028
Juros incorridos			18.507
Pagamento de Principal			(130.747)
Pagamento de Juros			(18.072)
Saldo em 31 de dezembro de 2025			93.994
O escalonamento da parcela do passivo não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:			
Ano	31/12/25	31/12/24	
2026	-	27.409	
2027	16.508	6.957	
2028	7.571	-	
2029	6.787	-	
2030	5.426	-	
2031	5.426	-	
	41.718	34.366	
Cláusulas restritivas: A Companhia possui cláusulas restritivas financeiras e qualitativas com alguns de seus contratos de empréstimos e financiamentos sendo as principais conforme segue:			
Dívida	Meta	Indicador em 31/12/25	
Capital de Giro – R\$	Dívida Líquida / Ebitda <= 3,00	7,2	
Capital de Giro – R\$	Dívida Líquida / Ebitda <= 3,75	7,2	
Capital de Giro – R\$	Dívida Líquida / Ebitda <= 4,00	7,2	
Capital de Giro – R\$	Ebitda / Despesas Financeiras >= 1,00	0,4	
Capital de Giro – USD	Dívida Líquida / PL <= 1,00	0,2	
Capital de Giro – R\$	Cross Default – Se houver protesto	N/A	
A dívida líquida consiste em empréstimos e financiamentos circulante e não circulante, líquida de caixa e equivalentes de caixa e de títulos e valores mobiliários registrados nessa demonstração financeira. A dívida líquida é uma medida não-GAAP. Para os demais empréstimos, financiamentos da Companhia há cláusulas financeiras e "cross-default". Em 31 de dezembro de 2025, a companhia obteve "waiver" dos bancos Santander, BBM, ABC e Proparco com relação a exigência de covenants que poderiam prevenir vencimento antecipado. 15. Obrigações trabalhistas:			
Provisões de férias e encargos	31/12/25	31/12/24	
PLR a pagar	2.460	2.650	
INSS a recolher	1.579	2.621	
FGTS a recolher	255	-	
IRRF a recolher	394	466	
Outras obrigações	94	1	
	4.782	9.393	
16. Obrigações tributárias:			
ICMS a recolher	31/12/25	31/12/24	
ICMS – ST	463	633	
Impostos retidos a recolher	178	331	
Parcelamento – Fun-Rural/INSS (i)	294	151	
Parcelamento – Federal	14.589	8.066	
Parcelamento – Estadual (ii)	621	872	
	17.898	12.901	
Passivo circulante	6.143	5.015	
Passivo não circulante	11.755	7.886	
(i) Do montante registrado nessa rubrica, R\$3.940 foram registrados no passivo circulante e R\$10.649 no passivo não circulante referente a verbas de INSS, referentes ao exercício de 2025, com vencimento em agosto de 2030. O INSS é parcelado em 60 parcelas, com multa de 20% no total parcelado e correção mensal pela taxa Selic totalizando um valor de R\$ 1.196. (ii) Em 2024 a Companhia efetuou o parcelamento de impostos estaduais (ICMS). Do montante registrado nessa rubrica, R\$1.018 foram registrados no passivo circulante e R\$735 no passivo não circulante referente a parcelamento de ICMS MG com vencimento da última parcela em dezembro de 2028 e ICMS ST SP com vencimento da última parcela em março de 2029. Os valores são corrigidos pela taxa Selic, totalizando um valor de R\$ 223 do total parcelado. 17. Provisão para riscos: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão considerada suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. A movimentação da provisão para demandas judiciais é demonstrada abaixo:			
	Trabalhistas	Cíveis	Tribunais
Saldos em 31 de dezembro de 2023	57	686	743
Complemento	-	668	668
Reversão	-	-	-
Pagamentos	(30)	-	(30)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	27	1.354	1.381
Complemento	1.261	1.099	2.360
Reversão	(682)	(1.446)	(2.128)
Pagamentos	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	636	977	1.613
Os processos trabalhistas provisionados estão relacionados, principalmente, a questões frequentemente contestadas por empregados de empresas industriais, como certas verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas contratadas para prestação de serviços para a Companhia. A Companhia possui ainda outras exposições passivas que, conforme avaliação de seus consultores jurídicos, tem probabilidade de perda possível. Dessa forma, nenhuma provisão foi constituída em 31 de dezembro de 2025 e está assim distribuída:			
Natureza	31/12/25	31/12/24	
Processos Cíveis	67	1.470	
Processos Trabalhistas	1.656	2.229	
Processos Tributários (i)	21.787	14.562	
Total Processos	23.509	18.261	
(i) O processo mais relevante refere-se à fiscalização conduzida pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, que resultou na emissão de notificação para que a Frooty apresente esclarecimentos e defesa quanto à utilização do NCM atualmente adotado para a classificação fiscal de seus produtos. 18. Patrimônio líquido: Em 2025 foi realizado aumento de capital social no montante total de R\$65.642. Os aportes foram integralizados em dinheiro em junho de 2025. Em decorrência desse aumento, o capital social da Companhia passou de R\$290.379 em 31 de dezembro de 2024 para R\$356.021 em 31 de dezembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia tem na composição de seu capital social, o total de 2.877.688 ações com valor nominal de R\$123,72 reais por ação. Em 2024 foram realizados aumentos de capital social no montante total de R\$75.000. Os aportes foram integralizados em dinheiro, sendo R\$54.845 em abril/24 e R\$20.155 em junho de 2024. Em decorrência desse aumento, o capital social da Companhia passou de R\$215.379 em 31 de dezembro de 2023 para R\$290.379 em 31 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia tem na composição de seu capital social, o total de 2.346.944 ações com valor nominal de R\$123,73 reais por ação. A Companhia é controlada pela holding Brazil Berries Investimentos e Participações S.A. que detém 94,87% das ações. 19. Imposto de renda e contribuição social: Os cálculos do imposto de renda e da contribuição social, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à			
respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos. Imposto de renda e a contribuição social diferidos:			
	31/12/25	31/12/24	
Lucro (prejuízo) antes da tributação	(33.828)	(24.233)	
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	
Imposto de renda e contribuição social	11.502	8.239	
Pela alíquota fiscal combinada			
Ajuste para demonstração da taxa efetiva	(600)	(1.273)	
Despesas não dedutíveis	(600)	(1.273)	
Crédito tributário não constituído	(10.902)	(6.966)	
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido	-	-	
A Companhia estima que os créditos fiscais provenientes de diferenças temporárias e base negativa sejam realizados conforme segue:			
	2026	2027	2028
"Aging" de recuperabilidade do imposto diferido ativo	114	709	1.332
2029	2.146	3.003	48.737
2030			
2031			
2026 2027 2028 2029 2030 2031 diante	114	709	1.332
A realização do ativo fiscal diferido está suportada por projeções de lucros tributáveis futuros aprovadas pela Administração e revisadas periodicamente. Em relação ao exercício anterior, houve atualização das premissas econômico-financeiras, especialmente quanto ao ritmo de geração de resultados, resultando na revisão do prazo estimado de realização. Com base no cenário base, a Companhia estima que a realização integral do ativo fiscal diferido ocorrerá em aproximadamente 19 anos. Análises de sensibilidade indicam que esse prazo pode variar entre 16 e 24 anos. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui R\$107.019 de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social, sendo R\$166.280 em 31 de dezembro de 2024. A Companhia não registrou novos saldos de impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social devido à falta de histórico de lucros tributáveis. 20. Receita operacional líquida:			
	31/12/25	31/12/24	
Receita Bruta de Vendas	183.802	219.761	
Mercado interno	94.071	91.677	
Mercado externo	277.873	311.438	
Deduções de Vendas	(19.464)	(24.914)	
(-) Impostos sobre Vendas	(38.859)	(40.152)	
(-) Descontos e outras deduções da receita (i)	(58.323)	(65.066)	
	219.550	246.372	
(i) Os montantes referem-se a descontos, devoluções e vendas canceladas, conforme demonstrado abaixo:			
	31/12/25	31/12/24	
Outros Incentivos de Vendas	10.879	9.743	
Devolução de Vendas	15.135	17.253	
Descontos Contratuais	6.556	4.900	
Descontos Incondicionais	6.289	8.256	
	38.859	40.152	
21. Custos e despesas por natureza: A Companhia apresenta a demonstração do resultado por função, conforme requerido pelo CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, e apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:			
Custos dos Produtos Vendidos	31/12/25	31/12/24	
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(107.096)	(111.154)	
Despesas com pessoal	(16.216)	(23.285)	
Depreciação e amortização	(10.071)	(8.313)	
Serviços de terceiros	(2.760)	(2.075)	
Perdas de Matéria Prima em processo	(4.815)	(3.225)	
Energia elétrica	(2.879)	(3.449)	
Gastos com Manutenção	(1.424)	(2.767)	
Combustível	(1.158)	(909)	
Demais despesas de produção	(1.660)	(2.020)	
Frete de compra	(3.934)	(5.686)	
Outras, líquidas	(867)	(664)	
	(152.880)	(163.547)	
Despesas Comerciais	31/12/25	31/12/24	
Frete sobre vendas	(16.169)	(18.804)	
Despesas com Pessoal	(11.305)	(11.850)	
Comissões sobre Vendas	(2.645)	(3.318)	
Consultorias e honorários	(5.245)	(5.297)	
Gastos com Marketing	(3.304)	(1.288)	
Ações Promocionais	(1.714)	(742)	
Depreciação e Amortização	(875)	(884)	
Gastos com Viagens	(901)	(1.136)	
Outras	(3.840)	(1.562)	
	(45.998)	(44.881)	
Despesas Gerais e Administrativas	31/12/25	31/12/24	
Despesas com Pessoal	(12.485)	(13.560)	
Depreciação e Amortização	(4.717)	(4.386)	
Consultorias	(4.054)	(5.470)	
Viagens	(605)	(1.382)	
Outras	(3.226)	(1.718)	
	(25.087)	(26.516)	
Outras Receitas Operacionais	31/12/25	31/12/24	
Receita venda de imobilizado	225	-	
	225	-	
Outras Despesas Operacionais	31/12/25	31/12/24	
Consultorias e honorários	(2.325)	(1.338)	
Despesas com Pessoal	(1.333)	(2.546)	
Gastos com Viagens	(5)	(100)	
Demais despesas	(203)	(532)	
	(3.866)	(4.516)	
22. Despesas financeiras líquidas:	31/12/25	31/12/24	
Receitas financeiras	226	278	
Juros ativos	719	928	
Variação cambial ativa	44	878	
Rendimento de aplicações financeiras	2,81	35	
Descontos Obtidos	17	11	
Demais receitas financeiras	3,487	2.130	
	3.487	2.130	
Despesas financeiras	31/12/25	31/12/24	
Juros passivos	(21.556)	(26.781)	
Despesas Bancárias	(5.728)	(2.902)	
Variação cambial passiva	(1.697)	(2.016)	
Demais despesas financeiras	(280)	(1.576)	
	(29.261)	(33.275)	
23. Instrumentos financeiros: a. Gerenciamento de risco financeiro: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (i) Risco de crédito; (ii) Risco de liquidez; (iii) Risco de mercado; (iv) Risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Estrutura do gerenciamento de risco: As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. (i) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia com clientes e saldos mantidos com instituições financeiras e partes relacionadas. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:			
Ativo	31/12/25	31/12/24	
Caixa e equivalentes de caixa (i)	5	7.749	
Contas a receber de clientes (ii)	6	37.600	
Partes relacionadas (iii)	9	4.693	
	50.042	50.042	
(i) Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos são mantidos exclusivamente com bancos e instituições financeiras de primeira linha que possuem ele-			
vados ratings de crédito. (ii) Contas a receber de clientes: A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente quanto à sua condição financeira antes de a Companhia apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados regularmente. A Companhia não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. Na nota explicativa nº 6 a Companhia demonstra as informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2025 e 2024. (iii) Empréstimos a receber com partes relacionadas: Considerando a características das transações e das contrapartes envolvidas, a Administração avalia como baixo o risco de não recebimento de empréstimos concedidos. (iv) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis com o risco de prejudicar a reputação da Companhia. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição de liquidez. A exposição do risco de liquidez na data da demonstração financeira foi:			
	31/12/25	31/12/24	
Passivo	Nota	Contábil	Entre o 1º ano e o 2º ano
Empréstimos e financiamentos	14	93.994	52.276
Fornecedores	13	17.997	17.997
Passivo de arrendamento	12	3.857	1.354
Outras contas a pagar		1.022	1.022
		116.870	72.649
Instrumentos financeiros	31/12/25	Em USD	Provável
Contas a receber de clientes	6.602	1.200	6.600
Empréstimos e financiamentos	(55.839)	(10.149)	(55.821)
Fornecedores	(49.237)	(8.949)	(49.221)
Passivo de arrendamento	-	-	16
Outras contas a pagar	-	-	(24.594)
	(20.087)	(3.337)	(19.690)
Efeito esperado no resultado	31/12/24	Em USD	Provável
Instrumentos financeiros	6.223	1.034	6.100
Contas a receber de clientes	(26.310)	(4.371)	(25.790)
Empréstimos e financiamentos	(20.087)	(3.337)	(19.690)
	(20.087)	(3.337)	(19.690)
Uma desvalorização do real contra as moedas acima, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, teriam o mesmo efeito, porém com efeito no resultado oposto sobre as moedas apresentadas acima, considerando que todas as outras variáveis se mantiveriam constantes. Risco de taxa de juros: Os empréstimos a receber e os passivos financeiros encontram-se indexados, consequentemente expostos às suas respectivas variações. A Companhia, apesar de monitorar os riscos, não adota qualquer instrumento financeiro derivativo para restringir tal flutuação. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:			
	31/12/25	31/12/24	
Instrumentos com taxa variável	Ativos financeiros	31/12/25	31/12/24
Aplicações financeiras	5.370	15.121	
Mútuo a receber – partes relacionadas	1.976	1.976	
Risco de taxa de juros	31/12/25	Taxa A	Canário 1
Ativos financeiros	31/12/25	Taxa A	Canário 2
Aplicações Financeiras	5.370	14,32%	769
Mútuo a receber	1.976	14,32%	283
Passivos financeiros	31/12/25	Taxa A	Canário 2
Empréstimos e Financiamentos	(93.994)	14,32%	(13.460)
Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: - Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; - Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; - Cumprimento com exigências regulatórias e legais; - Documentação de controles e procedimentos; - Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; - Treinamento e desenvolvimento profissional; e - Padrões éticos e comerciais. O cumprimento com as normas da Companhia é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade da auditoria interna terceirizada. Os resultados das análises periódicas realizadas pela área de auditoria interna corporativa são discutidos com a administração da Companhia, com resumos encaminhados ao Comitê de Auditoria do próprio controlador e à administração da Companhia. b. Gestão de capital: A política da Administração é estabelecer uma sólida base de capital para manter a confiança dos acionistas e o desenvolvimento futuro do negócio. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final dos exercícios é apresentada a seguir:			
	31/12/25	31/12/24	
Total do passivo	143.186	171.216	
Caixa e equivalente de caixa	(7.749)	(18.311)	
Dívida líquida	13		

Frooty Comércio e Indústria de Alimentos S.A.

continuação

não foi possível concluir se, em 31 de dezembro de 2025, havia ou não necessidade de ajuste nas demonstrações financeiras decorrente desse assunto nem sobre os possíveis efeitos no balanço patrimonial e resultado do exercício, bem como nos elementos componentes do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa no exercício de 31 de dezembro de 2025 e de 2024. *b) Incentivo de Longo Prazo:* A Companhia possui Plano de Incentivo de Longo Prazo para alguns executivos elegíveis, com pagamentos com base em ações. A Administração da Companhia não concluiu a avaliação do tratamento contábil e valorização das opções para o registro contábil de acordo com o pronunciamento técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações. Conseqüentemente, não nos foi possível determinar se, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, havia ou não necessidade de ajuste nas demonstrações financeiras decorrente desse assunto. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/0-8

Kleber Queiroz De Oliveira - Contador
CRC nº 1 SP 290849/0-7 57610

Deloitte

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

